



MINISTÉRIO DA FAZENDA
CONSELHO ADMINISTRATIVO DE RECURSOS FISCAIS
CÂMARA SUPERIOR DE RECURSOS FISCAIS

Processo nº 13016.000878/2002-98
Recurso nº 234.139 Especial do Procurador
Acórdão nº 9303-01.085 – 3ª Turma
Sessão de 25 de agosto de 2010
Matéria Ressarcimento de Crédito Presumido - Incidência de Selic
Recorrente Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional
Interessado Tecnovin do Brasil Ltda.

ASSUNTO: IMPOSTO SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS - IPI

Período de apuração: 01/01/2002 a 30/06/2002

ReSSARCIMENTO DE CRÉDITO PRESUMIDO DE IPI - TAXA SELIC

A Selic é imprestável como instrumento de correção monetária, não justificando a sua adoção, por analogia, em processos de ressarcimento de créditos incentivados, por implicar em aumento do montante a ressarcir sem expressa previsão legal. Recurso Especial Provido.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

Acordam os membros do colegiado, pelo voto de qualidade, dar provimento ao recurso especial. Vencidos os Conselheiros Nanci Gama, Rodrigo Cardozo Miranda, Leonardo Siade Manzan, Maria Teresa Martínez López e Susy Gomes Hoffmann, que negavam provimento.

Carlos Alberto Freitas Barreto - Presidente

Henrique Pinheiro Torres - Relator

EDITADO EM: 11/11/2010

Participaram do presente julgamento os Conselheiros Henrique Pinheiro Torres, Nanci Gama, José Luiz Novo Rossari, Rodrigo Cardozo Miranda, Gilson Macedo Rosenberg Filho, Leonardo Siade Manzan, Rodrigo da Costa Pôssas, Maria Teresa Martínez López, Susy Gomes Hoffmann e Carlos Alberto Freitas Barreto.

Assinado digitalmente em 11/11/2010 por HENRIQUE PINHEIRO TORRES, 14/12/2010 por CARLOS ALBERTO FREITAS BARRETO

Autenticado digitalmente em 11/11/2010 por HENRIQUE PINHEIRO TORRES

Enviado em 15/12/2010 pelo Ministério da Fazenda

Relatório

Os fatos foram assim narrados no acórdão recorrido:

O estabelecimento acima identificado requereu o ressarcimento do crédito presumido do IPI, autorizado pela Lei nº 9.363, de 13 de dezembro de 1996, para ressarcir o valor da Contribuição para o PIS/Pasep e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins), incidentes nas aquisições de matérias-primas (MP), produtos intermediários (PI) e material de embalagem (ME), empregados na industrialização de produtos exportados, conforme Pedidos de Ressarcimento, das fls. 2 e 3, apresentados em 24 de outubro de 2002, referentes ao primeiro e segundo trimestres de 2002, nos valores de R\$ 72.810,36 e 153.378,28, respectivamente, os quais totalizam R\$ 226.188,64. Também foi apresentada a Declaração de Compensação, da fl. 1, em que o requerente pretendeu compensar parte do crédito em causa, no valor de R\$ 218.418,35, com parte de débito do Imposto de Renda/Pessoa Jurídica (IRPJ).

2 O pleito foi apreciado, segundo a informação fiscal das fls. 74 e 75, que reconheceu o direito ao crédito presumido, no valor solicitado, de R\$ 226.188,64, e propôs a homologação da compensação solicitada pelo interessado, no valor de R\$ 218.418,35. Tal proposição foi acolhida, pelo despacho decisório da fl. 76, proferido em 7 de abril de 2005, que reconheceu o direito creditório, no valor de R\$ 218.418,35, e homologou a Declaração de Compensação, da fl. 1, no mesmo valor.

3 Contra o despacho decisório da fl. 76, foi apresentada, no devido prazo, em 12 de agosto de 2005, a manifestação de inconformidade, das fls. 89 a 96, instruída com procuração e outros documentos, nas fls. 97 a 109, alegando o que vem sintetizado na seqüência.

3.1 Com o deferimento integral do seu pleito, restou ao requerente um crédito a recuperar de R\$ 7.730,30, valor que, além do valor já compensado, não foi acrescido de atualização monetária e juros, o que está em desacordo com o § 4º do art. 39 da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, e com a jurisprudência e a doutrina que cita e transcreve, tendo calculado esse abono, para o caso, em R\$ 38.486,42, apurado entre a data do protocolo do pedido, 20 de maio de 2002, e a data da efetiva compensação, 30 de outubro de 2002.

3.2 Em consequência, pede a procedência da sua manifestação de inconformidade, para que seja determinado o abono de atualização monetária, pela taxa Selic, ao crédito presumido do IPI, a que faz jus.

4 Na fl. 112, consta informação do Chefe da Seção de Orientação e Análise Tributária (Saort), da Delegacia da Receita Federal em Caxias do Sul, pela qual foi negado seguimento à manifestação de inconformidade, das fls. 89 a 96;

porque não houve pedido de ressarcimento, apenas declaração de compensação, que foi totalmente homologada, com o crédito oferecido

5. Cientificado a respeito, segundo consta nas fls. 113 e 115, o requerente apresentou o arrazoadado das fls. 117 a 121, alegando que negar seguimento à manifestação de inconformidade, das fls. 89 a 96, implica preterição do direito de defesa. Além disso, argumenta que houve sim pedido de ressarcimento, do crédito presumido do IPI.

6 Na sequência, pelo despacho da fl. 123, o processo foi remetido a esta Delegacia da Receita Federal de Julgamento

Julgando o feito, o órgão julgador de primeira instância indeferiu o pedido do sujeito passivo, nos termos seguintes:

Assunto: Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI

Período de apuração: 01/01/2002 a 30/06/2002

Ementa: ABONO DE CORREÇÃO MONETÁRIA E DE JUROS SELIC DESCABIMENTO

Por falta de previsão legal, é incabível o abono de correção monetária e de juros Selic, aos ressarcimentos de crédito presumido do IPI.

Inconformada, a reclamante apresenta recurso voluntário ao Conselho de Contribuintes, reeditando, em síntese, os argumentos expendidos na manifestação de inconformidade.

A Câmara *a quo* deu provimento ao recurso, determinando a incidência da Selic sobre os créditos a ressarcir.

Irresignada com o posicionamento da câmara recorrida, a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional apresenta recurso especial, onde postula pela reforma do acórdão vergastado para restabelecimento da decisão de primeira instância.

Contrarrazões do sujeito passivo às fls. 250 a 262.

É o relatório.

Voto

Conselheiro Henrique Pinheiro Torres, Relator

O recurso apresentado pela Fazenda Nacional merece ser conhecido por ser tempestivo e atender aos demais pressupostos de admissibilidade.

A teor do relatado, o apelo em análise cinge-se à questão da incidência de Selic sobre créditos de IPI objeto de ressarcimento.

Esse tema tem sido objeto de acirrados debates no Segundo Conselho de Contribuintes e nesta turma da CSRF, ora prevalecendo a posição da Fazenda Nacional ora a dos contribuintes, dependendo da composição dos Colegiados.

A meu sentir, a posição mais consentânea com o bom direito é a da não incidência de correção monetária desses créditos, visto que, contra tal pretensão, há o fato intransponível da **inexistência de previsão legal** que autorize a atualização. A Lei 4.502/1964 e suas atualizações foi absolutamente silente em relação à correção monetária dos créditos escriturais desse imposto. De outro lado, a Lei 9.779/1998, que permitiu o ressarcimento do saldo credor de IPI acumulado trimestralmente, também não trouxe qualquer previsão para a atualização desses créditos.

O RIPI/98, que reproduz a legislação do IPI não traz qualquer autorização para que se corrijam valores a ressarcir. A lei 9.779/1999 que modificou a sistemática de utilização de créditos de IPI não deu qualquer abertura para que se corrigissem eventuais ressarcimentos. A IN SRF nº 33/1999, que cuidou, dentre outros temas, do direito a ressarcimento trimestral do saldo credor de IPI, não previu qualquer hipótese de atualização desses créditos.

Confirma-se, assim, não haver previsão legal para proceder a correção monetária do crédito de IPI, e de outra forma não poderia ser, pois na sistemática de crédito criada pelo legislador ordinário, para atender o princípio constitucional da não-cumulatividade do IPI, onde se abate o imposto **efetivamente pago** nas operações anteriores do IPI devido na operação seguinte, não há lugar para a correção monetária, pois consistiria em redução do IPI a recolher sem base legal ou lógica. Ora, se não é admissível a correção do crédito utilizado para abater do imposto devido, tampouco haveria razão para se permitir a correção do crédito a ser ressarcido.

Também a Lei 8.383/91, que instituiu a UFIR como medida de valor e parâmetro de atualização monetária de tributos, multas e penalidades de qualquer natureza, previstos na legislação tributária federal, não tratou da correção do crédito do IPI. O art. 66, § 3º dessa Lei, ao contrário do alegado, não é o suporte legal para a correção monetária dos créditos a lhe serem restituídos. Tal dispositivo trata dos casos de repetição do pagamento indevido ou da parcela paga a maior.

Art. 66 Nos casos de pagamento indevido ou a maior de tributos e contribuições federais, inclusive previdenciárias, mesmo quando resultante de reforma, anulação, revogação ou rescisão de decisão condenatória, o contribuinte poderá efetuar a compensação desse valor no recolhimento de importância correspondente a períodos subsequentes.

§ 1º (...)

§ 3º A compensação ou restituição será efetuada pelo valor do imposto ou contribuição corrigido monetariamente com base na variação da UFIR (Destaque não presente no original)

Decorre dos princípios da hermenêutica que na interpretação das normas jurídicas não se pode dissociar o parágrafo do *caput do artigo*, a interpretação deve ser integrada, sistêmica e não isoladamente, de tal forma que o parágrafo complete o sentido do artigo ou acrescente exceções ao seu enunciado.^[15] É o que afirma CARLOS ROBERTO FRE

[15] ABELO, 2010, p. 10.

Autores: CARLOS ROBERTO FRE, CARLOS ROBERTO FRE, CARLOS ROBERTO FRE

Imposto de Renda e Contribuição de Valor Agregado

Assim, o § 3º supracitado ao estabelecer que o valor da compensação ou da restituição serão corrigidos, está completando o sentido do *caput* do art. 66 que trata exclusivamente de pagamento indevido ou maior que o devido de tributos e contribuições federais.

Por outro lado, a aplicação da taxa SELIC à compensação ou à restituição foi assim estabelecida no art. 39, § 4º, da Lei nº 9 250, de 26 de dezembro de 1995:

Art. 39. A compensação de que trata o art. 66 da Lei nº 8.383, de 30 de dezembro de 1991, com a redação dada pelo art. 58 da Lei nº 9.069, de 29 de junho de 1995, somente poderá ser efetuada com o recolhimento de importância correspondente a imposto, taxa, contribuição federal ou receitas patrimoniais de mesma espécie e destinação constitucional, apurado em períodos subseqüentes.

§ 1º (VETADO)

§ 2º (VETADO)

§ 3º (VETADO)

§ 4º A partir de 1º de janeiro de 1996, a compensação ou restituição será acrescida de juros equivalentes à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia - SELIC para títulos federais, acumulada mensalmente, calculados a partir da data do pagamento indevido ou a maior até o mês anterior ao da compensação ou restituição e de 1% relativamente ao mês em que estiver sendo efetuada. (Grifou-se).

Ora, ao reportar-se ao art. 66 da Lei nº 8.383, de 1991, o dispositivo legal acima transcrito restringe a aplicação da taxa SELIC apenas aos casos de compensação ou restituição referentes a pagamento indevido ou a maior que o devido de tributos e contribuições federais. Essas hipóteses de repetição do indébito em nada se assemelham ao ressarcimento dos créditos decorrentes de estímulos fiscais; portanto, não é lícito estender o alcance desse dispositivo legal para permitir a correção monetária pretendida.

Por sua vez, o Código Tributário Nacional ao tratar sobre pagamento de tributo indevido ou a maior que o devido assim dispôs:

Art. 165 O sujeito passivo tem direito, independentemente de prévio protesto, à restituição total ou parcial do tributo, seja qual for a modalidade do seu pagamento, ressalvado o disposto no § 4º do art. 162, nos seguintes casos:

I - cobrança ou pagamento espontâneo de tributo indevido ou maior que o devido em face da legislação tributária aplicável, ou da natureza ou circunstâncias materiais do fato gerador efetivamente ocorrido;

II - erro na edificação do sujeito passivo, na determinação da alíquota aplicável, no cálculo do montante do débito ou na elaboração ou conferência de qualquer documento relativo ao pagamento;

III - reforma, anulação, revogação ou rescisão de3 decisão condenatória.

Art. 166. A restituição de tributos que comportem, por sua natureza, transferência do respectivo encargo financeiro somente será feita a quem prove haver assumido referido encargo, ou, no caso de tê-lo transferido a terceiro, estar por este expressamente autorizado a recebê-la (Grifou-se)

Como se pode perceber dos dispositivos transcritos, o CTN quando trata de compensação ou restituição, refere-se a **pagamento de tributo indevido ou pago a maior que o devido**, o que não é absolutamente o caso do presente processo, que se refere a **ressarcimento de crédito básico de IPI**.

Ressalte-se que o direito à compensação desse crédito ou a seu ressarcimento em espécie, o qual tem como fundamento o princípio da não cumulatividade do imposto, não tem a mesma natureza jurídica da repetição do indébito, vez que esta tem como origem um pagamento indevido ou maior que o devido pelo sujeito passivo. Em outras palavras, o ressarcimento ou a compensação do crédito de IPI relativo às aquisições de insumos utilizados na fabricação de produtos industrializados pelo estabelecimento contribuinte para evitar a incidência em cascata do imposto, enquanto a repetição do indébito, quer na modalidade de restituição, quer na de compensação, tem natureza jurídica de devolução de tributo exigido indevidamente (de receita que ingressou nos cofres da Fazenda Nacional e que não lhe pertencia de direito).

Ademais, a empresa ao adquirir os insumos paga o imposto destacado na Nota fiscal, exatamente como determina a lei. O que existe posteriormente é o direito ao crédito para que não haja incidência cumulativa do tributo. Donde conclui-se que o ressarcimento desse crédito não se confunde com a devolução de pagamento indevido.

Dessa forma, não é lícito valer-se da analogia para estender ao **ressarcimento de crédito** o que a legislação (artigo 39, § 4º da Lei 9.250 c/c o art. 66, da Lei nº 8 383, de 1991) prevê exclusivamente para as hipóteses de compensação e de restituição de pagamento de tributos e contribuições indevidos ou pagos a maior que o devido. Ora, é evidente que se o legislador quisesse conceder a correção monetária também para o ressarcimento em questão, tê-lo-ia incluído nos diplomas legais citados ou no que instituiu o incentivo fiscal.

Com essas razões, dou provimento ao recurso da Fazenda Nacional.

Henrique Pinheiro Torres